

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.391.125 - RS (2018/0286747-3)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : MARIA SILÉSIA PEREIRA - RS033075**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE VALORES DECORRENTES DE BENEFÍCIO RECONHECIDO EM JUÍZO, NA EXISTÊNCIA DE DEFERIMENTO DE BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO RECONHECIDO ADMINISTRATIVAMENTE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 282/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência da Súmula 83 do STJ. O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (e-STJ fl.37):

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PERCEPÇÃO DO BENEFÍCIO CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE NO CURSO DA AÇÃO, MAIS VANTAJOSO, E EXECUÇÃO DAS PARCELAS ATRASADAS DO BENEFÍCIO POSTULADO EM JUÍZO. POSSIBILIDADE.

Resta pacificado o entendimento de que é possível a manutenção do benefício concedido administrativamente no curso da ação e, concomitantemente, a execução das parcelas do benefício postulado na via judicial até a data da implantação administrativa.

O recorrente alega ofensa aos artigos 924, inciso IV e 925 do CPC/2015, sob o argumento da ilegalidade da condenação da autarquia previdenciária a pagar as parcelas atrasadas do benefício requerido judicialmente e, simultaneamente, manter o benefício concedido no curso da ação, pela via administrativa e, se mantida a situação tal qual decidida se estará admitindo o enriquecimento sem causa.

Ademais, suscita ainda que uma vez feita a opção por receber o benefício de renda mensal atual maior, esta teve força de renúncia ao crédito consubstanciado no título executivo judicial, arguindo ainda que cabe ao juiz da causa extinguir a execução por sentença. (fl. 50)

Sem contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Sem contraminuta

É o relatório. Decido.

No que pertine à alegação de violação aos arts. 924, inciso IV e 925 do CPC/2015, verifica-se que não houve juízo de valor por parte da Corte de origem, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Verifica-se que o acórdão recorrido sequer solucionou a controvérsia com base na legislação federal tida como vulnerada. (fls. 35/36)

Ante o exposto, **conheço do agravo para não conhecer** do recurso especial. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**

Relator

